

**Marcelo Abelha Rodrigues**

# **SUSPENSÃO DE SEGURANÇA**

## **Sustação da Eficácia de Decisão Judicial Proferida Contra o Poder Público**



**4.<sup>a</sup> edição**  
revista, ampliada  
e atualizada

**2017**



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Víglier, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 4.ª edição.

R696s Rodrigues, Marcelo Abelha.

Suspensão de segurança: sustação da eficácia de decisão judicial proferida contra o poder público / Marcelo Abelha Rodrigues – 4. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2016.

272 p.

**Bibliografia.**

ISBN 978-85-442-1136-6.

1. Direito processual. 2. Direito processual civil. 3. Limitação e suspensão das garantias e liberdades constitucionais. Leis de exceção. I. Rodrigues, Marcelo Abelha. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

105/13/17

# SUMÁRIO

---

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>	<b>19</b>
-----------------------------------	-----------

## *Parte I*

<b>BREVE ESTUDO DOS INCIDENTES NA TEORIA GERAL DO PROCESSO .....</b>	<b>21</b>
1. Noções propedêuticas.....	21
2. Conceito.....	22
2.1 Generalidades .....	22
2.2 Etimologia.....	24
2.3 Elementos constitutivos do incidente.....	24
2.3.1 Noções preliminares.....	24
2.3.2 Elementos constitutivos dos incidentes processuais .....	25
2.3.3 O procedimento autônomo como elemento integrante dos incidentes processuais.....	34
3. O incidente processual na doutrina.....	35
4. O incidente processual no CPC.....	42
5. Características essenciais dos incidentes processuais .....	48
6. Objeto do incidente processual .....	50
7. Procedimento incidental .....	51
8. Competência.....	55
9. Pronunciamento judicial acerca do incidente .....	58
10. Legitimidade para agir no incidente processual.....	62
11. Incidentes suspensivos e não suspensivos .....	66

## *Parte II*

<b>INCIDENTE DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL .....</b>	<b>69</b>
1. Breve anotação histórica da suspensão de segurança .....	69

1.1. Introdução .....	69
1.2. Origem remota: as raízes do instituto.....	70
1.3. Segunda fase: predominância do Estado Liberal na suspensão de segurança .....	75
1.4 Terceira fase: influência do Estado Social na suspensão de segurança.....	81
1.5 Quarta fase: a modificação da natureza do instituto .....	90
1.6 Quinta fase: o novo CPC e perspectivas em relação à suspensão de segurança.....	93
2. Natureza jurídica .....	97
3. Requisitos gerais de cabimento do incidente de suspensão de segurança .....	106
4. Hipóteses de cabimento .....	107
4.1 Suspensão de segurança em mandado de segurança.....	108
4.1.1 Suspensão de decisão proveniente de juiz de primeiro grau de jurisdição.....	108
4.1.2 Suspensão da decisão (liminar ou acórdão) proferida em única ou última instância pelo Tribunal (art. 25 da Lei 8.038/1990) .....	118
4.2 Suspensão de segurança nos demais casos (medida cautelar, ação civil pública, ação popular, tutelas provisórias) .....	120
4.2.1 Suspensão da liminar e sentença em ação cautelar inominada (art. 4.º, caput e § 1.º, da Lei 8.437/1992) .....	120
4.2.2 Suspensão da liminar ou sentença em ação civil pública e ação popular .....	123
4.2.3 Suspensão dos efeitos do acórdão que julgou o agravo regimental em desfavor do Poder Público .....	125
5. Constitucionalidade do incidente de suspensão de execução.....	128
6. Competência.....	134
6.1 Identificação da competência para a suspensão de segurança em mandado de segurança .....	136
6.2 Identificação da competência para a suspensão de segurança para os demais casos do art. 4.º da Lei 8.437/1992 .....	139
6.3 Suspensão de segurança e deslocamento da competência .....	139
6.4 Impedimento e suspeição na suspensão de segurança .....	141
6.5 O uso da reclamação para preservação da competência na suspensão de segurança.....	142
7. Legitimidade .....	144
7.1 A legitimidade da pessoa jurídica de direito público .....	144
7.2 A legitimidade do Ministério Público .....	147
7.3 Legitimidade do agente político afastado.....	151
8. Objeto do incidente: suspensão da execução .....	153

8.1	O que significa suspender a execução .....	153
8.1.1	Pronunciamento decisório numa demanda movida contra o Poder Público .....	154
8.1.2	A “execução” do pronunciamento decisório, cuja eficácia se pretende suspender .....	156
8.2	Prazo para requerimento do pedido de suspensão .....	162
8.3	Limites objetivos do incidente .....	163
8.4	A decisão que suspende a execução .....	173
8.4.1	Notas preliminares .....	173
8.4.2	Aspectos do juízo de admissibilidade e mérito do incidente de suspensão de execução de decisão judicial.....	174
8.4.3	Identificação do “risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e economia públicas”.....	181
8.5	Natureza do pronunciamento que suspende a execução da decisão .....	184
8.6	Prazo de duração da suspensão da execução da decisão judicial .....	192
8.6.1	Vigência da decisão cuja eficácia foi suspensa no incidente .....	193
9.	Procedimento do incidente de requerimento de suspensão de execução de decisão judicial .....	200
9.1	Generalidades .....	200
9.2	Oferecimento da petição inicial.....	201
9.3	Emenda da petição inicial.....	201
9.4	Indeferimento.....	202
9.5	Deferimento.....	203
9.6	Recebimento da petição inicial.....	204
9.7	O direito ao contraditório pelo autor da demanda .....	205
9.8	A intervenção do Ministério Público.....	208
10.	O recurso de agravo no incidente de suspensão de execução de decisão judicial requerido ao presidente do tribunal .....	211
10.1	Generalidades .....	211
10.2	Cabimento do agravo interno .....	213
10.2.1	O cabimento contra decisão positiva ou negativa do presidente do tribunal.....	213
10.2.1.1	Agravo interno nos incidentes de suspensão de execução nos processos de mandado de segurança .....	213
10.2.1.2	Prazo para interpor o agravo interno da decisão do presidente .....	215
11.	Procedimento do agravo interno.....	217
12.	O requerimento de suspensão da decisão diante do recurso contra a mesma decisão.....	218

13. Direito jurisprudencial dos tribunais de cúpula e suspensão de segurança: teses jurídicas já fixadas nas cortes supremas.....	225
13.1 Introito .....	225
13.2. As teses jurídicas firmadas nas cortes de cúpula.....	226
13.2.1 Legitimidade da concessionária de serviço público.....	226
13.2.2 Legitimidade do agente político detentor de mandato eletivo.....	228
13.2.3 O pedido de suspensão não pode ser feito após o trânsito em julgado do processo no qual ele pretende incidir .....	230
13.2.4 O cabimento da suspensão da suspensão indeferida.....	231
13.2.5 Não cabimento de recurso especial e extraordinário no âmbito do pedido de suspensão de segurança.....	234
13.2.6 Suspensão de segurança não serve como recurso. Não corrige a decisão.....	236
13.2.7 É preciso a prova cabal do risco de grave lesão.....	239
13.2.8 O efeito multiplicador e a possibilidade de conceder a suspensão para evitar o risco de grave lesão à economia pública .....	241
13.2.9 A duração da suspensão concedida. A ultratividade da suspensão concedida .....	243
13.2.10 A competência da suspensão (STJ e STF) de acordo com a matéria (constitucional ou infraconstitucional) existente na decisão cuja eficácia será suspensa .....	245
14. Breves considerações acerca do pedido de suspensão e a efetividade do processo .....	248
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>253</b>